

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SEDCON
AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCON/RJ
CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

02100 – ADVOGADO – TIPO A

Frase: A inovação melhora processos.
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

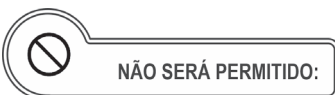


O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões de 1 a 5.

Entre a Forma e o Sentido: Linguagem, Técnica e Autoridade no Discurso Jurídico

Antenor Teixeira de Almeida Júnior

A linguagem jurídica constitui instrumento essencial de mediação entre o poder normativo do Estado e a vida social, razão pela qual sua utilização exige rigor técnico, clareza argumentativa e adequação à situação comunicativa. Desde a formação acadêmica até o exercício profissional da advocacia, o domínio consciente da língua revela-se condição para a efetividade do discurso jurídico, que não se limita à transmissão de informações, mas constrói sentidos, delimita direitos e orienta condutas.

No plano descritivo, observa-se que os textos jurídicos circulam em diferentes gêneros, como pareceres, petições, atos administrativos e comunicações protocolares, cada qual submetido a convenções próprias. A redação técnica, nesse contexto, afasta-se do imprevisto e aproxima-se da precisão terminológica, exigindo o emprego adequado das formas de tratamento, o respeito aos níveis de formalidade e a observância das normas gramaticais que garantem a impessoalidade e a autoridade institucional do texto.

Historicamente, a tradição jurídica consolidou um repertório linguístico que dialoga com textos científicos, normativos e, em menor medida, com estratégias persuasivas típicas do discurso publicitário, sobretudo quando se busca legitimar argumentos perante diferentes públicos. Essa intertextualidade não se manifesta como mera reprodução de fórmulas, mas como incorporação crítica de estruturas discursivas que reforçam a credibilidade do enunciador e a coerência interna da argumentação.

No desenvolvimento argumentativo, o uso criterioso de operadores discursivos assume papel central. Conectivos como portanto, contudo, além disso e nesse sentido orientam o leitor na progressão lógica do texto, estabelecendo relações de causa, contraste, adição e conclusão. A escolha inadequada desses elementos compromete a coesão e pode gerar ambiguidades interpretativas, situação especialmente sensível no âmbito jurídico, em que a precisão semântica é indissociável da segurança jurídica.

Do ponto de vista narrativo e dissertativo, o texto jurídico alterna exposição de fatos, análise normativa e construção argumentativa, o que exige do redator a capacidade de modular o discurso conforme o objetivo comunicativo. A narração organiza eventos relevantes, a dissertação sistematiza conceitos e a argumentação sustenta teses, compondo um tecido textual que deve permanecer coerente e unitário.

Conclui-se, portanto, que o uso adequado da língua no Direito não constitui ornamento retórico, mas requisito funcional da prática jurídica. A observância das normas de redação, a escolha consciente dos conectivos, o manejo apropriado dos níveis de linguagem e o emprego ponderado de expressões latinas consagradas, como *ratio legis* e *periculum in mora*, reforçam a clareza, a autoridade e a legitimidade do discurso, condições indispensáveis à atuação responsável do advogado.

1. Considerando a progressão temática do texto, os argumentos desenvolvidos ao longo de seus parágrafos e a conclusão apresentada pelo autor, assinale a alternativa que expressa, de forma mais abrangente e fiel, a tese central sustentada no texto.

- (A) O domínio técnico da linguagem jurídica, aliado à observância das normas gramaticais, ao uso criterioso de operadores discursivos e à adequação aos diferentes gêneros textuais do campo jurídico, constitui condição indispensável para a clareza argumentativa, a autoridade institucional e a efetividade comunicativa do discurso jurídico.
- (B) A aproximação entre o discurso jurídico e estratégias persuasivas típicas do discurso publicitário representa o elemento central de legitimação argumentativa no Direito, uma vez que a capacidade de persuadir diferentes públicos constitui o principal fundamento da autoridade institucional do texto jurídico.
- (C) A formalidade característica da linguagem jurídica, associada ao uso de terminologia técnica e de expressões latinas tradicionais, tende a dificultar a comunicação entre o sistema jurídico e a sociedade, razão pela qual a simplificação da linguagem deve prevalecer sobre a manutenção das convenções discursivas do campo jurídico.
- (D) A organização textual do discurso jurídico baseia-se predominantemente na narração de fatos relevantes, sendo os elementos dissertativos e argumentativos apenas complementos estruturais destinados a contextualizar eventos e a organizar cronologicamente as informações apresentadas ao leitor.
- (E) A tradição linguística consolidada no campo jurídico, marcada pela repetição de fórmulas discursivas e pela preservação de estruturas textuais herdadas da cultura normativa, limita significativamente a inovação linguística e restringe a adaptação do discurso jurídico a novos contextos comunicativos.

2. Com base na articulação argumentativa do texto, especialmente nas relações estabelecidas entre linguagem, clareza discursiva e função institucional do Direito, marque a alternativa que expressa uma inferência logicamente válida, ainda que não formulada de modo explícito pelo autor.

- (A) A precisão linguística é apenas estética.
- (B) A intertextualidade é meramente normativa.
- (C) Conectivos não afetam a interpretação.
- (D) Inadequações linguísticas podem comprometer a segurança jurídica.
- (E) Normas de redação são dispensáveis.

3. O texto organiza-se predominantemente como:

- (A) Narrativo-descritivo.
- (B) Injuntivo.
- (C) Narrativo-argumentativo.
- (D) Expositivo-descritivo.
- (E) Dissertativo-argumentativo.

4. Considerando a organização argumentativa do texto, a progressão lógica entre os parágrafos e a função dos conectivos como operadores de orientação do sentido, marque a opção que identifica corretamente o valor semântico-argumentativo do conectivo “portanto”, empregado no último parágrafo.

- (A) Conclusão.
- (B) Oposição.
- (C) Adição.
- (D) Causa.
- (E) Exemplificação.

5. Considerando o texto e a discussão nele desenvolvida acerca da adequação da linguagem à situação comunicativa no âmbito jurídico, aponte a opção que interpreta corretamente a função e o valor discursivo do emprego de latinismos no texto.

- (A) Comprometem a clareza textual ao introduzirem termos técnicos desnecessários, afastando o leitor do conteúdo argumentativo.
- (B) Exercem função predominantemente ornamental, sendo utilizados como recurso retórico de valorização estética do texto.
- (C) Reforçam a precisão conceitual e a tradição técnico-jurídica do discurso, desde que empregados de forma criteriosa e funcional.
- (D) Substituem a necessidade de desenvolvimento argumentativo, condensando o raciocínio jurídico em fórmulas consagradas.
- (E) Caracterizam registro coloquial especializado, aproximando o discurso jurídico da linguagem cotidiana.

6. Considere o trecho hipotético extraído de uma peça jurídica:

“O Requerente, as provas documentais juntadas aos autos demonstram a existência do dano material alegado.”

À luz da sintaxe da língua portuguesa e dos critérios de redação técnica aplicáveis ao discurso jurídico, assinale a alternativa que analisa corretamente o fenômeno linguístico presente no período, bem como sua repercussão para a clareza textual.

- (A) O período apresenta hipérbato, caracterizado pela inversão da ordem direta dos termos da oração, sem prejuízo da função sintática do sujeito.
- (B) Trata-se de um caso de pleonasmia sintática, no qual a repetição de ideias reforça a argumentação jurídica.
- (C) O período exemplifica paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes entre o termo inicial e o núcleo verbal da oração.
- (D) Verifica-se elipse verbal, pois o verbo referente ao termo inicial foi omitido por economia linguística.
- (E) O trecho contém anacoluto, uma vez que o termo inicial “O Requerente” permanece sintaticamente desligado do verbo da oração, configurando quebra da estrutura gramatical, recurso que deve ser evitado em peças formais.

7. “A precisão terminológica e o domínio das normas gramaticais são pilares fundamentais na redação de peças jurídicas, uma vez que a ambiguidade pode comprometer a interpretação do direito. No caso da crase, por exemplo, sua ausência ou presença indevida antes de pronomes pode alterar a identificação do sujeito ou do objeto da ação. Assim, a observância da norma culta não é um mero formalismo, mas uma garantia de clareza processual e de segurança jurídica para as partes envolvidas.”

Considerando a organização textual do fragmento e a função do tópico frasal (primeiro período) na estruturação do parágrafo, assinale a alternativa que apresenta a paráfrase que melhor expressa a ideia central desenvolvida pelo autor.

- (A) A correção gramatical no ambiente jurídico é apresentada como um instrumento acessório, cuja principal função é elevar o rigor estético das decisões proferidas pelos magistrados.
- (B) O fragmento estabelece uma relação de dependência entre o domínio técnico da língua e a eficácia da comunicação jurídica, defendendo que o rigor normativo é essencial para evitar equívocos interpretativos no processo.
- (C) O texto foca exclusivamente na descrição das regras de uso do acento grave, utilizando o contexto das peças processuais apenas como um pretexto para exemplificar casos gramaticais facultativos.
- (D) A ideia central reside na crítica à excessiva formalidade dos tribunais brasileiros, argumentando que o foco em regras de gramática, como a crase, prejudica a celeridade e a justiça social.
- (E) O autor propõe que a ambiguidade é um recurso linguístico inevitável no Direito, independentemente do nível de conhecimento gramatical demonstrado pelos advogados e juízes.

Texto para as questões de 8 a 10.

Trecho extraído de manifestação judicial:

O juízo, ao analisar a petição, não se convenceu da urgência alegada, determinando a postergação da análise. Tendo-se verificado a ausência de documentos essenciais, a petição inicial foi liminarmente indeferida. Nunca se negou ao autor o direito de recorrer, porém, os prazos processuais devem ser estritamente observados. Havendo dúvida sobre a representação processual, intimou-se a parte para regularizar sua situação em 48 horas. Quem nos representa neste ato, Excelência, possui poderes específicos para firmar acordos. Se o réu for devidamente citado e não apresentar defesa, aplicar-se-á a revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na exordial.

8. Considerando a organização sintática do trecho apresentado, especialmente quanto à repetição de estruturas equivalentes que organizam a progressão lógica do texto, assinale a alternativa que descreve corretamente o emprego do paralelismo sintático.

- (A) O paralelismo sintático do texto decorre da repetição de construções iniciadas por verbos no gerúndio que introduzem circunstâncias processuais, como ocorre em “tendo-se verificado” e “havendo dúvida”, estabelecendo sequência uniforme de justificativas para as decisões mencionadas.
- (B) O texto apresenta paralelismo sintático ao empregar construções oracionais estruturalmente semelhantes para introduzir circunstâncias ou condições processuais, como nos segmentos “tendo-se verificado a ausência de documentos essenciais”, “havendo dúvida sobre a representação processual” e “se o réu for devidamente citado”, o que contribui para a organização lógica da exposição decisória.
- (C) O paralelismo sintático manifesta-se pela alternância entre construções afirmativas e negativas, como em “nunca se negou ao autor o direito de recorrer” e “aplicar-se-á a revelia”, recurso que estabelece contraste argumentativo no interior da manifestação judicial.
- (D) O paralelismo sintático do trecho resulta da repetição de termos técnicos do vocabulário processual, como “petição inicial”, “prazos processuais” e “representação processual”, o que assegura uniformidade terminológica ao discurso jurídico.
- (E) O texto rompe o paralelismo sintático ao alternar construções reduzidas e períodos condicionais, uma vez que estruturas introduzidas por gerúndio ou participio não podem coexistir com orações condicionais sem comprometer a regularidade gramatical do texto.

9. Considere o período a seguir, extraído de decisão judicial:

“O juízo, ao analisar a petição, não se convenceu da urgência alegada, determinando a postergação da análise.”

À luz da sintaxe do período composto e da classificação das orações subordinadas na língua portuguesa, assinale a alternativa que identifica corretamente a função sintática do segmento destacado.

- (A) Oração Subordinada Adjetiva Restritiva, por caracterizar o substantivo “juízo” e restringir-lhe o sentido.
- (B) Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta, por completar o sentido do verbo “convenceu-se”.
- (C) Oração Subordinada Adverbial Temporal Reduzida de Infinitivo, por indicar circunstância de tempo em relação à oração principal, sem conjunção subordinativa explícita.
- (D) Oração Subordinada Adverbial Causal Reduzida de Infinitivo, por expressar a causa do convencimento do juízo.
- (E) Oração Coordenada Sindética Temporal, ligada à oração principal por relação de simultaneidade.

10. Considerando os mecanismos de coesão responsáveis pela articulação sintática e pela progressão lógica do trecho apresentado, marque a opção que identifica corretamente o recurso linguístico que organiza a relação entre os períodos do texto.

- (A) A coesão textual é estabelecida principalmente pela repetição de expressões do vocabulário jurídico, como “petição inicial”, “prazos processuais” e “representação processual”, recurso que garante continuidade temática e uniformidade terminológica ao discurso jurídico.
- (B) A articulação entre os períodos do texto decorre fundamentalmente da utilização de pronomes pessoais e demonstrativos que retomam elementos previamente mencionados, estabelecendo cadeias referenciais responsáveis pela continuidade argumentativa do trecho.
- (C) A coesão do texto depende prioritariamente do emprego de conectivos explícitos que indicam oposição, causa e consequência, responsáveis por organizar de maneira direta as relações lógicas entre as diferentes decisões processuais mencionadas.
- (D) A articulação sintática do texto realiza-se predominantemente por meio de construções oracionais que introduzem circunstâncias ou condições processuais, como “ao analisar a petição”, “tendo-se verificado a ausência de documentos essenciais”, “havendo dúvida sobre a representação processual” e “se o réu for devidamente citado”, as quais estruturam a progressão lógica das decisões apresentadas.
- (E) A coesão textual resulta da sequência cronológica das ações processuais descritas, que se encadeiam narrativamente desde a análise inicial da petição até a eventual aplicação da revelia, constituindo uma progressão temporal que organiza o sentido global do trecho.

Estatuto da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da OAB

11. Considere que Paulo é Advogado-Geral da União, João é Procurador de Justiça no Distrito Federal e Marta é advogada em sociedade de economia mista municipal. Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- (A) Paulo, João e Marta são fiscais da lei, na condição de advogados públicos.
- (B) João e Marta não exercem função essencial à Justiça.
- (C) Marta não exerce função essencial à Justiça, ao contrário de João.
- (D) João, Marta e Paulo exercem função essencial à Justiça.
- (E) Marta é considerada uma defensora pública do Município.

12. A Constituição Federal colocou em destaque o advogado como um dos atores do sistema da Justiça, sendo ele inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. A inviolabilidade do advogado, decorrente diretamente da Constituição Federal, possui natureza:

- (A) Relativa.
- (B) Absoluta.
- (C) Preclusiva.
- (D) Pétreia.
- (E) Ilimitada.

13. Considerando as disposições contidas na Resolução nº 02/2015, acerca do processo disciplinar dos advogados, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se fonte idônea, para fins de instauração, de ofício, do processo disciplinar, a denúncia anônima, desde que traga descrição detalhada dos fatos.
- (B) O pedido de revisão não suspende os efeitos da decisão condenatória, salvo quando o relator, ante a relevância dos fundamentos e o risco de consequências irreparáveis para o requerente, conceder tutela cautelar para que se suspenda a execução.
- (C) A representação poderá ser apresentada sem a identificação do representante, desde que contenha a narração detalhada dos fatos e a indicação das provas, admitindo-se, inclusive, a oitiva de até cinco testemunhas.
- (D) A representação contra membros do Conselho Federal da OAB, inclusive os integrantes da Diretoria, os Membros Honorários Vitalícios e os detentores da Medalha Rui Barbosa, será processada e julgada pela Segunda Câmara do Conselho Federal, reunida em sessão plenária.
- (E) A conduta temerária dos interessados no processo disciplinar ou a interposição de recursos manifestamente protelatórios, embora contrariem os princípios do Código de Ética e Disciplina da OAB, não ensejam a aplicação de sanção, limitando-se a autoridade competente a advertir os responsáveis.

14. Com base na Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado público, no exercício de encargo privado ou público, não tem autonomia ou independência, pois está vinculado a entidade pública que custeia a sua remuneração.
- (B) Na ética da Advocacia Pública, a aplicação do Código de Ética e Disciplina da OAB é subsidiária e residual.
- (C) As Caixas de Assistência dos Advogados devem ser integradas por advogados públicos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da OAB.
- (D) A inscrição como advogado, público ou privado, independe da capacidade civil, desde que notórios a idoneidade moral e o elevado saber jurídico devidamente atestado por meio de aprovação em Exame de Ordem.
- (E) O advogado público está obrigado a cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina da OAB, não devendo ter nenhum receio, no exercício da profissão, de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade.

15. Para o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a incompatibilidade determina a proibição total do exercício da advocacia, enquanto o impedimento implica na proibição parcial do exercício da advocacia. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) São impedidos de exercer a advocacia, dentre outros, os militares de qualquer natureza, na ativa.
- (B) Não há incompatibilidade ou impedido do exercício da advocacia para ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, públicas ou privadas.
- (C) São impedidos de exercer a advocacia, dentre outros, os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.
- (D) Há incompatibilidade de os Procuradores Gerais, Advogados Gerais e Defensores Gerais exercerem a advocacia durante o período da investidura.
- (E) São impedidos de exercer a advocacia os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou não, inclusive se docentes de cursos jurídicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Constitucional**

16. À luz exclusivamente da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CERJ), sobre a prestação de serviços públicos e a exploração de atividade econômica pelo Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado do Rio de Janeiro somente poderá prestar serviços públicos diretamente, sendo vedada a concessão ou permissão à iniciativa privada.
- (B) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado depende de relevante interesse coletivo ou de imperativo da segurança nacional, conforme definidos na Constituição Estadual.
- (C) A prestação de serviços públicos pelo Estado independe de licitação quando houver interesse público declarado pelo Governador.
- (D) A Constituição Estadual autoriza a criação de empresa pública para qualquer atividade econômica, independentemente de justificativa constitucional específica.
- (E) A concessão de serviço público poderá ocorrer por prazo indeterminado, desde que prevista em contrato administrativo.

17. Determinada Emenda Constitucional altera requisitos para concessão de determinado direito funcional a servidores públicos e determina aplicação imediata, sem previsão expressa de retroatividade. Um servidor já havia preenchido integralmente os requisitos sob a regra constitucional anterior, mas ainda não havia formalizado o requerimento administrativo. À luz do Direito Constitucional intertemporal brasileiro, marque a única alternativa correta.

- (A) A nova norma constitucional aplica-se automaticamente ao caso, pois normas constitucionais sempre possuem retroatividade máxima.
- (B) A nova norma constitucional não pode retroagir para atingir o caso, pois a Constituição proíbe absolutamente a retroatividade normativa.
- (C) A nova norma constitucional pode atingir o caso apenas se houver previsão expressa e desde que não viole direito adquirido, ato jurídico perfeito ou coisa julgada.
- (D) A nova norma constitucional só poderia atingir o caso se fosse norma de natureza processual, pois normas materiais nunca retroagem.
- (E) A nova norma constitucional deve atingir o caso porque não existe direito adquirido em matéria constitucional.

18. À luz da Constituição Federal de 1988, considerando a competência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), sua atuação em remédios constitucionais, em ação civil pública e a participação das funções essenciais à Justiça, assinale a opção correta.

- (A) Compete aos TRFs julgar originariamente todas as causas em que a União figure como parte, inclusive ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal.
- (B) Os TRFs são órgãos do Poder Judiciário Estadual, possuindo competência delegada da União para julgamento de mandado de segurança e habeas corpus.
- (C) Compete aos TRFs julgar originariamente crimes comuns praticados por Governadores de Estado e processar ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual.
- (D) Os TRFs são compostos exclusivamente por juízes federais de carreira, sendo vedada a participação de membros do Ministério Público ou da advocacia em sua composição.
- (E) Compete aos TRFs julgar, originariamente, mandado de segurança e habeas corpus contra ato de juiz federal, bem como julgar, em grau de recurso, causas decididas por juízes federais e, quando no exercício de competência federal, por juízes estaduais, inclusive ações civis públicas; a propositura destas pelo Ministério Público insere-se no âmbito das funções essenciais à Justiça.

19. Determinada controvérsia jurídica envolve: (i) lei federal posterior à CF/88 com divergência relevante e reiterada entre órgãos do Judiciário quanto à sua constitucionalidade; (ii) lei estadual posterior à CF/88 cuja validade é questionada abstratamente em face da Constituição; (iii) ausência de edição de norma indispensável à efetividade de comando constitucional; e (iv) ato normativo anterior à CF/88 apontado como ofensivo a preceito fundamental constitucional. À luz do sistema constitucional brasileiro de controle de constitucionalidade, considerando as normas aplicáveis à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa correta quanto aos instrumentos adequados, respectivamente.

- (A) ADC – ADI – ADO – ADPF.
- (B) ADI – ADPF – ADC – ADO.
- (C) ADPF – ADC – ADI – ADO.
- (D) ADO – ADPF – ADC – ADI.
- (E) ADC – ADPF – ADI – ADO.

20. Lei federal autoriza agência reguladora a editar atos normativos técnicos para disciplinar aspectos operacionais de determinado setor econômico, dentro dos limites definidos em lei. Paralelamente, decreto do Poder Executivo cria obrigação não prevista em lei para particulares. Em outro cenário, comissão parlamentar determina, por decisão própria, aplicação de sanção individual definitiva a particular. Por fim, tribunal determina, em caso concreto, providências administrativas específicas a órgão público para cumprimento de decisão judicial. À luz da Constituição Federal e da teoria das funções estatais, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a atuação da comissão parlamentar e da agência reguladora são compatíveis com a Constituição.
- (B) Apenas a atuação da agência reguladora é compatível com a Constituição.
- (C) Apenas o decreto executivo e a atuação da comissão parlamentar são compatíveis com a Constituição.
- (D) Apenas a atuação da agência reguladora e a determinação judicial no caso concreto são compatíveis com a Constituição.
- (E) Apenas a atuação do Judiciário e da comissão parlamentar são compatíveis com a Constituição.

Direito do Consumidor

21. Nos termos do Decreto Federal nº 7.962, de 15 de março de 2013, que regulamenta a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, aduzimos, corretamente, que os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:

- (A) Condições integrais da oferta, incluídas modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto; características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores; e nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda; dentre outras disposições regulamentadas no art. 2º do próprio Decreto.
- (B) Endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato; informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta; e apresentação de sumário do contrato antes da contratação, com as informações necessárias ao pleno exercício do direito de escolha do consumidor, enfatizadas as cláusulas que limitem direitos; dentre outras disposições regulamentadas no art. 2º do próprio Decreto.
- (C) Fornecimento de ferramentas eficazes ao consumidor para identificação e correção imediata de erros ocorridos nas etapas anteriores à finalização da contratação; nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda; e prazo para utilização da oferta pelo consumidor; dentre outras disposições regulamentadas no art. 2º do próprio Decreto.
- (D) Informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta; disponibilização do contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, imediatamente após a contratação; e utilização de mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados do consumidor; dentre outras disposições regulamentadas no art. 2º do próprio Decreto.
- (E) Quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato; confirmação imediata do recebimento das demandas do consumidor, pelo mesmo meio empregado pelo consumidor; informações claras a respeito do produto, serviço e do fornecedor; discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais ou acessórias, tais como as de entrega ou seguros; dentre outras disposições regulamentadas no art. 2º do próprio Decreto.

22. À luz do Decreto Federal nº 2.181/1997, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), revoga o Decreto nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências, no que se refere às sanções administrativas aplicáveis às infrações das normas de defesa do consumidor, a inobservância das normas contidas na Lei nº 8.078, de 1990, e das demais normas de defesa do consumidor constituirá prática infrativa e sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativo, sem prejuízo das de natureza cível, penal e das definidas em normas específicas:

- (A) Interdição, apenas parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; e intervenção federal; dentre outras informadas no art. 18 do próprio Decreto.
- (B) Dissolução compulsória da pessoa jurídica; e suspensão temporária de atividade; dentre outras informadas no art. 18 do próprio Decreto.
- (C) Decretação de prisão administrativa do responsável legal; e proibição de fabricação do produto; dentre outras informadas no art. 18 do próprio Decreto.
- (D) Proibição definitiva de exercício de atividade econômica em todo o território nacional; e revogação de concessão ou permissão de uso; dentre outras informadas no art. 18 do próprio Decreto.
- (E) Imposição de contrapropaganda; e cassação do registro do produto junto ao órgão competente; dentre outras informadas no art. 18 do próprio Decreto.

23. Conforme dispõe o Decreto Federal nº 2.181/1997, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), revoga o Decreto nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências, acerca da fixação da pena de multa administrativa, a autoridade competente deve considerar, entre outros critérios:

- (A) Exclusivamente o faturamento bruto anual do fornecedor, independentemente da natureza da infração.
- (B) A gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor.
- (C) Apenas a reincidência específica, vedada a análise de outras circunstâncias.
- (D) A existência de dolo, sendo vedada a aplicação de multa em caso de culpa.
- (E) Somente o prejuízo individual comprovado por consumidor determinado.

24. À luz da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que se refere à coisa julgada nas ações coletivas para defesa de interesses difusos, a sentença civil fará coisa julgada:

- (A) *Inter partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81 do próprio CDC.
- (B) *Ultra partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81 do próprio CDC.
- (C) *Erga omnes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81 do próprio CDC.
- (D) *Erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81 do próprio CDC.
- (E) *Ultra partes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81 do próprio CDC.

25. Nos termos do Decreto Federal nº 11.034, de 5 de abril de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor, considerando-o como serviço de atendimento realizado por diversos canais integrados dos fornecedores de serviços regulados com a finalidade de:

- (A) Substituir órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor na suspensão ou cancelamento de contratos e serviços.
- (B) Atuar como canal de publicidade na suspensão ou cancelamento de contratos de mútuo.
- (C) Receber sugestões, sem tratar de cancelamentos ou suspensões.
- (D) Intermediar litígios extrajudiciais e judiciais a fim de promover auxílio ao consumidor.
- (E) Dar tratamento às demandas dos consumidores, tais como informação, dúvida, reclamação, contestação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços.

26. À luz da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que se refere às ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, é correto afirmar que:

- (A) A ação de responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto ou do serviço prescreve em cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- (B) A ação de responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto ou do serviço prescreve em três anos, contados da data da colocação do produto no mercado.
- (C) A ação de responsabilidade civil do fornecedor por vício do produto prescreve em cinco anos, contados da entrega efetiva do produto ao consumidor.
- (D) A ação de responsabilidade civil do fornecedor por fato do serviço é imprescritível quando se tratar de dano à saúde do consumidor.
- (E) A ação de responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto prescreve em dez anos, contados da ocorrência do dano, independentemente do conhecimento de sua autoria.

27. À luz da Lei Complementar nº 123/2006, quanto à fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverá ser prioritariamente orientadora quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento, sendo correto afirmar que:

- (A) Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, ainda que seja constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.
- (B) O critério da dupla visita aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias de aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo, exceto quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, ainda que a trabalhista.
- (C) A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.
- (D) Os órgãos e entidades competentes definirão, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao critério da dupla visita.
- (E) O critério da dupla visita se aplica às infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

28. Nos termos da Lei Federal nº 14.181/2021 (Lei do Superendividamento), que incluiu o art. 54-A no Código de Defesa do Consumidor, entende-se corretamente por superendividamento:

- (A) Inadimplência eventual, que visa pagar a totalidade das dívidas de consumo, exigíveis e vencidas, sem comprometer o mínimo existencial.
- (B) Dívidas empresariais exigíveis e vencidas, sem comprometer o mínimo existencial.
- (C) Impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade das dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer o mínimo existencial.
- (D) Atraso em obrigação imobiliária e fiscais, observado o comprometimento mínimo material.
- (E) Dívida tributária, observado o comprometimento mínimo material e existencial.

TEXTO DE APOIO

Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor, Procon Estadual e Associação Brasileira de Bebidas assinam protocolo inédito de cooperação

Os recentes casos de ingestão de bebidas adulteradas, que resultaram na morte de consumidores em São Paulo, reforçam o alerta: consumir produtos sem origem comprovada representa um grave risco à saúde. A Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (SEDCON), o Procon Estadual (Procon-RJ) e a Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE) lançam, nesta sexta-feira (03/10), uma cartilha inédita para auxiliar a população na identificação de bebidas falsificadas.

O evento acontece durante a Reunião do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, com a presença do Secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, da presidente da ABRABE, Cristiane Foja, e do Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, e integra as comemorações pelos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Além do lançamento da cartilha, será assinado um protocolo de intenções para cooperação técnica com a ABRABE, marcando a formalização da Agenda Antipirataria de Bebidas no Estado do Rio de Janeiro. Esta é a primeira vez, em nível nacional, que um órgão de defesa do consumidor firma parceria desse porte com uma entidade do setor de bebidas.

Prejuízos e riscos à saúde

De acordo com o Fórum Nacional Contra a Pirataria, em 2024 o Brasil registrou perdas de meio trilhão de reais em razão de contrabando, falsificações e pirataria. O setor de vestuário liderou os prejuízos, com R\$ 87 bilhões, seguido pelas bebidas (R\$ 85 bilhões) e pelos combustíveis (R\$ 29 bilhões).

No Rio de Janeiro, apenas no último ano, mais de 300 litros de bebidas com indícios de falsificação foram apreendidos em operações realizadas pela SEDCON e pelo Procon-RJ em cidades como Rio das Ostras, Niterói e a Zona Sul da capital. Produtos adulterados, como whisky e cachaça, representam riscos graves à saúde da população.

Como identificar bebidas falsificadas

A cartilha, que estará disponível on-line nos sites da SEDCON e da ABRABE, também será distribuída aos Procons municipais e estará acessível nos pontos de atendimento do Procon-RJ, além de locais de grande circulação, como barcas e terminais rodoviários.

O material traz orientações práticas para que o consumidor identifique sinais de falsificação. Uma das dicas, que é um sinal de alerta, são os preços muito baixos.

O consumidor também deve se atentar aos rótulos, que precisam apresentar identidade própria, impressão nítida e sem erros de grafia. Já os contrarrótulos devem estar em português e conter o número de registro no Ministério da Agricultura.

As tampas precisam ter logomarcas e acabamento perfeito, sem espaços ou falhas. Outro ponto a ser observado na compra de uma bebida são os lacres. Caso estejam imperfeitos, borrados ou com vazamento indicam falsificação.

Protocolo de intenções: marco histórico no combate à pirataria

O protocolo que será assinado entre a SEDCON, o Procon-RJ e a ABRABE estabelece um modelo de cooperação técnica em formato “guarda-chuva”, permitindo que diferentes órgãos de defesa do consumidor, como os Procons municipais, o Ministério Público e a Defensoria Pública, se beneficiem diretamente da parceria.

Entre as medidas previstas estão a capacitação contínua de agentes para identificação de bebidas falsificadas; o compartilhamento estratégico de informações entre a ABRABE e a SEDCON; as denúncias qualificadas com base em levantamentos feitos pela associação e as operações conjuntas para retirar bebidas ilegais do mercado e proteger o consumidor.

Para o Secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, o protocolo representa um avanço histórico no combate à pirataria de bebidas:

- Estamos unindo conhecimento técnico, inteligência de mercado e a atuação dos órgãos de defesa do consumidor para proteger a saúde da população fluminense e fortalecer o ambiente de consumo legal e seguro -, destaca Fonseca.

Disponível em: <https://www.rj.gov.br/sedconsumidor/node/325>.

29. Rege a Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir:

- (A) o abatimento total do preço.
- (B) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- (C) a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, somente depois da comprovação pericial dos aludidos vícios.
- (D) a indenização, em dobro, do valor pago pelo produto impróprio para o consumo.
- (E) o custeio de todas as despesas médicas decorrentes de danos à saúde do consumidor iludido pelo produto falsificado.

30. No âmbito das políticas públicas de resolução consensual de conflitos de consumo no Brasil, a plataforma digital consumidor.gov.br integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor como mecanismo de solução extrajudicial de demandas individuais. Considerando sua estrutura normativa e seu funcionamento institucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de sistema obrigatório para todos os fornecedores que atuam em comércio eletrônico, cuja adesão decorre diretamente do Decreto Federal nº 7.962/2013, sendo a ausência de resposta considerada infração administrativa automática.
- (B) Funciona como etapa obrigatória prévia ao ajuizamento de ações de consumo nos Juizados Especiais Cíveis, sendo requisito processual para a demonstração do interesse de agir do consumidor.
- (C) Configura procedimento administrativo sancionador conduzido diretamente pela Secretaria Nacional do Consumidor, na qual a empresa reclamada é notificada para apresentar defesa formal e produzir provas antes da tentativa de conciliação.
- (D) Consiste em mecanismo público de resolução alternativa de conflitos que opera mediante adesão voluntária do fornecedor, exigindo resposta à reclamação do consumidor dentro do prazo definido pela plataforma, com registro público dos indicadores de desempenho das empresas participantes.
- (E) Constitui sistema de arbitragem institucional administrado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no qual a decisão final é proferida por árbitro cadastrado e possui eficácia de título executivo judicial.

Direito Administrativo

31. O ordenamento jurídico é composto por princípios e regras, espécies do gênero norma jurídica. Princípio é a espécie normativa com alto grau de abstração e, portanto, maleável e plástico em sua aplicação. Já a espécie normativa regra possui baixo grau de abstração e, portanto, não é maleável ou plástica em sua aplicação. No tocante aos princípios da Administração Pública, marque a afirmativa correta.

- (A) Os princípios constitucionais da legalidade e da eficiência estão explícitos no texto constitucional e os princípios da moralidade e da impessoalidade encontram-se implícitos.
- (B) Os princípios constitucionais da eficiência e da publicidade estão explícitos no texto constitucional e os princípios da impessoalidade e da supremacia do interesse público encontram-se implícitos.
- (C) Os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência, por gozarem de alto grau de abstração, carecem de densidade normativa e não gozam de aplicabilidade direta.
- (D) Com base no princípio constitucional da legalidade no âmbito do Direito Administrativo, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (E) Com base no princípio constitucional da impessoalidade, os efeitos dos atos são imputáveis não ao agente público que os pratica, mas sim ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual aquele age.

32. A Administração Pública subdivide-se em direta e indireta. A Administração Pública indireta é composta pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Autarquias e fundações públicas de direito público são pessoas jurídicas de direito público. Já as empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado. No tocante ao regime jurídico aplicável às empresas públicas e às sociedades de economia mista, marque a afirmativa correta.

- (A) Somente lei específica cria empresa pública e sociedade de economia mista, sendo prescindível o registro no Cartório de Pessoas Jurídicas.
- (B) Empresa pública que presta serviço público essencial, em caráter não concorrencial e sem intenção de lucro, submete-se ao regime de precatório, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (C) As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, adquirem personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos no Cartório de Pessoas Jurídicas.
- (D) Sociedade de Economia mista e empresa pública, por integrarem a Administração Pública indireta, podem se valer da falência e da recuperação judicial, com base no princípio da supremacia do interesse público.
- (E) Empresa pública é criada por lei, e na sociedade de economia é autorizada a sua criação por lei, devendo seus atos constitutivos serem registrados no Cartório de Pessoas Jurídicas.

33. A Administração Pública pode prestar serviço público de modo direto ou pode optar, nas hipóteses cabíveis, por delegar sua prestação. Em determinada delegação de serviço público, o poder concedente realiza a retomada do serviço, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público. Com base no texto acima, marque a afirmativa correta.

- (A) A retomada do serviço, pelo poder concedente, por motivo de interesse público, caracteriza retrocessão.
- (B) A retomada do serviço, pelo poder concedente, por motivo de interesse público, caracteriza rescisão.
- (C) A retomada do serviço, pelo poder concedente, por motivo de interesse público, caracteriza encampação.
- (D) A retomada do serviço, pelo poder concedente, por motivo de interesse público, caracteriza reversão.
- (E) A retomada do serviço, pelo poder concedente, por motivo de interesse público, caracteriza reintegração.

34. O Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, distribui inúmeras competências a diversos órgãos públicos. Com fulcro na eficiência, cria a empresa pública XYT para prestar determinado serviço público. Com base nas normas jurídicas atinentes aos órgãos públicos e à delegação de serviços públicos, marque a afirmativa correta.

- (A) A distribuição de competências a órgãos públicos caracteriza delegação, tendo em vista que órgão público é detentor de personalidade jurídica.
- (B) A criação da empresa pública XYT para a prestação de serviço público caracteriza delegação, tendo em vista que empresa pública é pessoa jurídica de direito público e goza de personalidade jurídica.
- (C) A distribuição de competências a órgãos públicos caracteriza descentralização, tendo em vista que órgão público é detentor de personalidade jurídica.
- (D) A distribuição de competências a órgãos públicos caracteriza descentralização, tendo em vista que órgão público não é detentor de personalidade jurídica distinta da pessoa jurídica que o criou.
- (E) A criação da empresa pública XYT para a prestação de serviço público caracteriza desconcentração, tendo em vista que empresa pública é pessoa jurídica de direito privado e goza de personalidade jurídica.

35. Guilherme, servidor público do Estado do Rio de Janeiro, é objeto de sindicância, tendo em vista a prática de conduta ilegal no exercício de suas funções. Após a regular sindicância, é instaurado Processo Administrativo Disciplinar. No tocante às normas relativas ao Processo Administrativo Disciplinar e aos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, marque a afirmativa correta.

- (A) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo possível a incursão no mérito administrativo, salvo flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção.
- (B) Não é permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, ainda que autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.
- (D) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- (E) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, independentemente da demonstração de prejuízo à defesa.

36. A obrigatoriedade da realização de licitação materializa vários princípios constitucionais, tais como a isonomia, a impessoalidade e a eficiência. A Lei nº 14.133/21 disciplina as matérias de licitação e contrato administrativo. No tocante à modalidade diálogo competitivo, indique a opção correta.

- (A) A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital, em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- (B) A Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- (C) As reuniões com os licitantes pré-selecionados não poderão ser registradas em ata e gravadas, tendo em vista o sigilo do procedimento.
- (D) O edital não poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.
- (E) A Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

37. A Constituição da República de 1988 materializa vários princípios. A efetivação dos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da eficiência é condição de possibilidade para a existência pulsante de um Estado Democrático de Direito. O concurso público é exigência de um Estado que se diz republicano e da concretização dos princípios citados. Com base nos temas, agentes públicos, concurso público e entendimentos dos Tribunais Superiores, aponte a afirmativa correta.

- (A) O candidato aprovado fora do número de vagas previsto no Edital goza de direito subjetivo de ser nomeado no prazo de validade do concurso.
- (B) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição da República de 1988, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (C) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- (D) O Poder Judiciário não pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação de candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas em concurso público, pois violaria a separação de Poderes, cláusula pétreia.
- (E) A superveniente extinção dos cargos oferecidos em Edital de concurso público em razão da superação do limite prudencial de gastos com pessoal, previsto em lei complementar regulamentadora do artigo 169 da Constituição da República de 1988, ainda que posterior ao término do prazo de validade do concurso e devidamente motivada, justifica a mitigação do direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas.

38. Os menores de dezoito anos são, legalmente, proibidos de dirigir veículos. No Estado do Rio de Janeiro, a autoridade de trânsito competente emite várias autorizações para que menores de dezoito anos possam dirigir veículos, desde que haja o consentimento dos responsáveis legais. Com base nos fatos narrados, marque a afirmativa que corresponda ao elemento do ato administrativo viciado.

- (A) Objeto.
- (B) Finalidade.
- (C) Competência.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

39. O Município BETA, do Estado do Rio de Janeiro, publicou o ato administrativo X. Alguns meses após a publicação do ato administrativo, o Prefeito e o Secretário de Obras perceberam a existência de ilegalidade em tal ato. Com receio da provável repercussão social, nada fizeram. O Promotor de Justiça da Comarca, após a instauração de procedimento próprio, propôs ação judicial requerendo a invalidação do referido ato. O magistrado, ao julgar o pedido, assim decidiu: “Julgo improcedente o pedido de invalidação do ato administrativo, tendo em vista que a separação de poderes está prevista no artigo 2º da Constituição da República de 1988 e, nos termos do artigo 60, §4º, da Constituição, é cláusula pétrea. Portanto, não cabe ao Poder Judiciário imiscuir-se em matéria de competência do Poder Executivo”. Com base nos fatos narrados, marque a alternativa correta.

- (A) A decisão judicial está incorreta, pois o Poder Judiciário pode revogar ato administrativo eivado de ilegalidade.
- (B) A decisão judicial está correta, pois a separação de poderes, cláusula pétrea, impede que o Poder Judiciário analise a legalidade de atos administrativos.
- (C) A decisão judicial está incorreta, pois o Poder Judiciário pode valorar a conveniência e a oportunidade do ato administrativo e, caso entenda ser o ato inconveniente e inoportuno, deve anulá-lo.
- (D) A decisão judicial está incorreta, pois o Poder Judiciário pode anular ato administrativo eivado de ilegalidade.
- (E) A decisão judicial está correta, pois somente a Administração Pública pode invalidar seus atos.

40. O Município ALFA, do Estado do Rio de Janeiro, instituiu a denominada guarda municipal. Os agentes, guardas municipais, emitiram inúmeras multas de trânsito. Paulo, advogado, recebe em sua residência a desagradável informação de que teria sido multado por agente da guarda municipal. Paulo propõe ação judicial e requer a nulidade da referida infração de trânsito, com base no fundamento de que guarda municipal não goza de poder de polícia de trânsito. Com base nos fatos narrados, no tema Poder de Polícia e nos entendimentos do Supremo Tribunal Federal, marque a afirmativa correta.

- (A) As guardas municipais podem exercer poder de polícia, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- (B) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes a Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- (C) É constitucional a atribuição às guardas municipais o exercício do poder de polícia de trânsito, exceto para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- (D) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem serviço público de atuação própria do Estado em regime concorrencial.
- (E) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, o que impede a atuação em infrações de trânsito.

Direito Empresarial

41. Sabe-se que o contrato de *leasing* (arrendamento mercantil) não se limita a uma ideia de locação de determinado bem, entre partes contratantes, com a promessa de sua venda posterior pelo preço convencionado. Pelo contrário, há diversos tipos de *leasing*, com diferentes formatos ou possibilidades de acerto contratual. No chamado *leasing* puro ou clássico, pode-se identificar corretamente a participação das seguintes partes:

- (A) O fornecedor do bem, que também pode ser o arrendatário.
- (B) O fornecedor do bem, pessoa física ou jurídica, e uma pessoa física, que pode ser o arrendador ou o arrendatário.
- (C) O fornecedor do bem, pessoa jurídica, e um arrendador, pessoa física ou jurídica.
- (D) O fornecedor do bem, o arrendador e o arrendatário.
- (E) O fornecedor do bem, a instituição financeira, o arrendador e o arrendatário.

42. Regulamentando o Código de Defesa do Consumidor no tocante à contratação no comércio eletrônico, o Decreto nº 7.962/2013 prevê que o exercício do direito de arrependimento implica a:

- (A) Rescisão dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.
- (B) Preservação dos contratos acessórios, com ônus para o consumidor.
- (C) Rescisão dos contratos acessórios, com ônus para o consumidor.
- (D) Preservação dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.
- (E) Revogação dos contratos acessórios, exceto os com ônus para o consumidor.

43. Para o Código de Defesa do Consumidor (CDC), um serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração circunstâncias relevantes, por exemplo, o modo de seu fornecimento. De acordo com o CDC, caso o fornecedor de serviços prove que, tendo prestado o serviço, o defeito inexistiu, conclui-se corretamente que:

- (A) O fornecedor de serviços responderá independentemente da existência de culpa, já que é suficiente que o consumidor esteja insatisfeito com o serviço.
- (B) Não haverá responsabilidade do fornecedor de serviços.
- (C) O fornecedor de serviços responderá se provada a sua culpa quanto à frustração da expectativa do consumidor.
- (D) Como a responsabilidade do fornecedor de serviços é ilimitada, não há como ser excluída pela mera prova da inexistência do defeito.
- (E) O fornecedor de serviços responderá se provado o seu dolo ou a sua culpa quanto à frustração da expectativa do consumidor.

44. O Código de Defesa do Consumidor proíbe que o fornecedor deixe de informar sobre dado essencial do produto ou serviço. Nesse caso, considera-se que a publicidade é:

- (A) Abusiva por omissão.
- (B) Omissiva por lesão.
- (C) Omissiva por reparação.
- (D) Imprópria por comissão.
- (E) Enganosa por omissão.

45. O CEO da empresa Y, que possui milhões de seguidores em diversas redes sociais, publicou uma informação falsa a respeito da sua principal concorrente, a empresa Z. Por conta dessa publicação, a empresa Y não conseguiu aumentar imediatamente seus lucros, mas viu a empresa Z reduzir faturamento e entrar em crise financeira. De acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), pode-se afirmar que:

- (A) O CEO da empresa Y não cometeu nenhum crime, mas pode ser responsabilizado civilmente pelos prejuízos causados à empresa Z.
- (B) O CEO da empresa Y praticou contravenção penal contra a propriedade industrial.
- (C) O CEO da empresa Y pode ter praticado crime de concorrência desleal, caso tenha agido dolosamente.
- (D) Pela publicação falsa, o CEO da empresa Y poderá ser condenado a pena de reclusão de até 05 anos.
- (E) O CEO da empresa Y não tinha como cometer crime de concorrência desleal, pois a publicação falsa não aumentou o lucro da empresa Y.

Direito Financeiro e Tributário

46. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a lei orçamentária anual:

- (A) Compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social.
 - (B) Compreenderá exclusivamente o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, excluídas as entidades da administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (C) Abrangerá apenas o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, não incluindo o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha maioria do capital social com direito a voto.
 - (D) Compreenderá o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas estatais, excluindo o orçamento da seguridade social.
 - (E) Compreenderá apenas o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista.
-

47. À luz da Lei nº 6.830/1980, no que se refere à ação anulatória de débito fiscal, é correto afirmar que:

- (A) A ação anulatória de débito fiscal suspende automaticamente a execução fiscal independentemente de garantia do juízo.
 - (B) A ação anulatória de débito fiscal somente poderá ser proposta após a oposição de embargos à execução.
 - (C) A ação anulatória de débito fiscal depende de prévia autorização judicial para ser ajuizada.
 - (D) A propositura da ação anulatória extingue o crédito tributário independentemente de decisão judicial.
 - (E) A propositura da ação anulatória de débito fiscal não suspende a execução fiscal, salvo se houver depósito do montante integral do débito, caso em que ficará suspensa até decisão de primeira instância.
-

48. À luz da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), especificamente quanto às hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no art. 151, é correto afirmar que:

- (A) A concessão de medida liminar em qualquer ação judicial extingue o crédito tributário definitivamente.
 - (B) A tutela antecipada, ainda que concedida em ação judicial, não produz efeito suspensivo sobre a exigibilidade do crédito tributário.
 - (C) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
 - (D) Apenas a concessão de liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário, não se aplicando tal efeito a outras espécies de ação judicial.
 - (E) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário por decisão judicial depende exclusivamente do trânsito em julgado da sentença.
-

49. Nos termos da Lei nº 6.830/1980, a execução fiscal poderá ser promovida para cobrança de:

- (A) Exclusivamente dívida ativa tributária da União e dos Estados, vedada a execução de créditos não tributários.
 - (B) Dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias.
 - (C) Qualquer crédito inscrito em dívida ativa, ainda que não regularmente constituído.
 - (D) Créditos privados cedidos ao ente público, independentemente de inscrição em dívida ativa.
 - (E) Obrigações contratuais inadimplidas, ainda que não inscritas em dívida ativa.
-

50. De acordo com a Lei nº 6.830/1980, o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

- (A) Exclusivamente o valor atualizado do débito e a data do vencimento da obrigação.
 - (B) Apenas a identificação do devedor e o número do processo administrativo que originou o crédito.
 - (C) A indicação do órgão jurisdicional competente para a execução e o nome do juiz responsável.
 - (D) O nome do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, o valor originário da dívida, bem como o fundamento legal ou contratual do crédito.
 - (E) Somente o valor principal do débito, sendo facultativa a indicação do fundamento legal.
-

Direito Civil

51. O transcurso do tempo, aliado à inércia de quem poderia exercer em juízo um direito, mas não o faz, resultam em prejuízo ao exercício do direito, em razão da prescrição. Sobre a prescrição contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como todo direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, prescrevem em 10 anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.
- (B) O direito e as prestações correspondentes a pensões vencidas ou por vencerem, ao meio soldo e ao montepio civil e militar ou a quaisquer restituições ou diferenças prescrevem em 3 anos.
- (C) O direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, prescreve em 2 anos a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar.
- (D) A prescrição somente poderá ser interrompida uma vez e recomeça a fluir, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
- (E) A citação inicial interrompe a prescrição, ainda que o processo tenha sido anulado, por qualquer motivo.

52. De acordo com a norma do art. 37, § 6º, da Constituição brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestados de serviços públicos responderão pelos atos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Direito brasileiro afasta a responsabilidade civil por atos omissivos do Estado, somente sendo possível responsabilizar a Administração Pública por atos comissivos.
- (B) A culpa exclusiva da vítima, a culpa exclusiva de terceiros e o caso fortuito e a força maior são excludentes de responsabilidade civil do Estado.
- (C) É objetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público; e subjetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público não têm ação de regresso contra os seus agentes, ainda que estes tenham agido com dolo ou culpa.
- (E) A culpa concorrente é excludente da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, quando o dano é resultante de omissão.

53. Leia este trecho:

“é a cláusula especial do contrato de compra e venda, integrada pelos contratantes, mediante a qual se assegura o direito ao vendedor de comprar para si o imóvel vendido e sujeita o comprador ao dever de vendê-la àquele, dentro do prazo decadencial de três anos”

(LÔBO, Paulo. **Direito Civil** - Contratos - Vol.3 - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025, p.187).

É correto afirmar que o trecho transcrito se refere à:

- (A) Retrovenda.
- (B) Preferência.
- (C) Evicção.
- (D) Perempção.
- (E) Venda a contento e sujeito à prova.

54. A novação é o negócio jurídico no qual nova dívida substitui e extingue uma anterior. Em outros termos: é extinção da dívida em virtude de se ter criado, por negócio jurídico posterior, outra dívida. A novação produz dois efeitos: um extintivo (a obrigação antiga desaparece) e um constitutivo (uma obrigação nova é criada). Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo com Código Civil.

- (A) A novação por substituição do devedor dependente de consentimento, expresso e por escrito deste.
- (B) O credor tem ação regressiva contra o antigo devedor, quando o novo devedor for insolvente, ainda que o antigo devedor tenha agido de má-fé.
- (C) A novação não extingue os acessórios e garantias da dívida, salvo estipulação em sentido contrário e firmada por instrumento público.
- (D) Operada a novação entre credor e um dos devedores solidários, subsistem as preferências e garantia do crédito novado sobre os bens de todos os devedores solidários.
- (E) Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.

55. O Código Civil considera possuidor aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. A posse é adquirida desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A aquisição da posse é ato personalíssimo, nem podendo ser adquirida por representante ou terceiro sem mandato.
- (B) O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de esbulho e de ser restituído no caso de turbação.
- (C) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- (D) O possuidor não pode intentar ação de esbulho, ou a de indenização contra terceiro que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.
- (E) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis e necessárias, assistindo-lhe ainda o direito de retenção pelas voluptuárias.

Direito Processual Civil

56. Paloma ajuizou ação de cobrança em desfavor de Tiago e requereu, como medida cautelar incidental, registro de protesto contra alienação de bens do réu, com a finalidade de dar publicidade à situação de provável insolvência do devedor. Deferida a medida cautelar requerida, a autora procedeu à averbação do protesto em questão em matrículas de bens do réu. Após o regular trâmite procedimental, com apresentação de defesa e produção de provas, o juiz reconheceu a prescrição da pretensão de cobrança e julgou improcedente o pedido inicial da autora, revogando a medida cautelar deferida. Neste caso, é correto afirmar que os danos sofridos pelo réu, em razão da efetivação da medida cautelar:

- (A) Deverão ser indenizados, apenas se ficar comprovada a má-fé da autora.
- (B) Não deverão ser indenizados, porque é cabível tal indenização apenas em relação às medidas satisfativas.
- (C) Não deverão ser indenizados, porque é cabível tal indenização apenas em relação às medidas cautelares antecedentes.
- (D) Deverão ser indenizados, independentemente de culpa ou dolo da autora.
- (E) Deverão ser indenizados, apenas se o valor da causa for superior ao equivalente a 40 salários mínimos.

57. A Lei Federal nº 12.153/2009 dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são competentes para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 salários mínimos. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 3 anos, podendo haver recondução por mais um mandato de igual prazo.
- (B) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre proferidas por Turmas Recursais exclusivamente sobre questões de direito processual.
- (C) As ações de mandado de segurança, improbidade administrativa e desapropriação são de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, desde que o valor da causa não ultrapasse 60 salários mínimos.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público têm prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer nos procedimentos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- (E) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

58. Observe o seguinte trecho:

“[...] é o incidente pelo qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os coobrigados pela dívida, de modo a fazê-los também responsáveis pelo resultado do feito (art. 132). Com essa providência, o réu obtém sentença que pode ser executada contra o devedor principal ou os codevedores, se tiver de pagar o débito”

(THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Volume I. 56ª Edição. 2015, p. 391).

Esse incidente é provocado pelo réu na contestação, para incluir devedores solidários ou fiadores como réus no processo, reunindo os coobrigados. Assinale a alternativa que corresponde à modalidade de intervenção de terceiros descrita no texto transcrito.

- (A) Denúnciação da lide.
- (B) Chamamento ao processo.
- (C) Assistência litisconsorcial.
- (D) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) *Amicus Curiae*.

59. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença de mérito, faz coisa julgada.
- (B) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não podendo sequer beneficiar terceiros.
- (C) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- (D) Os motivos relevantes e essenciais para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença fazem coisa julgada.
- (E) A coisa julgada impede nova decisão acerca de relação jurídica de tratado continuado, mesmo que sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito.

60. Ação coletiva é um processo cujo objeto é proteger interesses ou direitos de pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, ou de grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- (B) Só entidades públicas têm legitimidade para propor ação coletiva, em razão de seu interesse predominantemente público.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública, mas atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- (D) Decorridos noventa dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a parte autora promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- (E) É vedada a formação de litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos coletivos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **30 (trinta)** linhas, e máxima de **40 (quarenta)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será em Questão Aberta, 01 (uma) questão, e consistirá na elaboração de texto argumentativo, resultante da análise de um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas indicados no item 13.2, cumulados ou não.

QUESTÃO:

Com base exclusiva na legislação seca (Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor; Lei nº 14.181/2021; Decreto nº 2.181/1997; Decreto nº 11.034/2022; normas gerais do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor), analise o caso hipotético abaixo e responda de forma fundamentada.



Um cidadão brasileiro, correntista de conhecida instituição financeira nacional, originalmente constituída como financeira e posteriormente transformada em banco múltiplo, atualmente operando como “Super App” digital, devidamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil e com operações garantidas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), deixou de adimplir faturas de cartão de crédito por dificuldades pessoais supervenientes.

Decorridos 90 (noventa) dias do primeiro registro de inadimplência, o correntista recebeu, em sua conta corrente até então sem saldo, valor oriundo de transferência via PIX. Sem qualquer aviso prévio, o banco reteve integralmente o montante para abatimento automático do débito do cartão de crédito, mesmo que o devedor não tivesse autorizado débito automático da fatura de cartão de crédito em seu saldo corrente, promovendo compensação unilateral, o que gerou efeito cascata sobre despesas básicas do consumidor.

Considerando o caso narrado, redija texto argumentativo, abordando obrigatoriamente:

- A incidência do Código de Defesa do Consumidor nas relações entre instituições financeiras e correntistas.
- A caracterização do consumidor e do fornecedor no caso concreto.
- A legalidade da retenção unilateral de valores depositados em conta corrente para compensação automática de dívida.
- A análise sob a ótica dos direitos básicos do consumidor, especialmente quanto à informação, proteção contra práticas abusivas e preservação do mínimo existencial.
- A eventual configuração de prática abusiva, vantagem manifestamente excessiva ou cobrança indevida.
- A aplicação das disposições da Lei nº 14.181/2021 (superendividamento) e seus reflexos na conduta da instituição financeira.
- A responsabilidade civil objetiva do fornecedor e a possibilidade de repetição do indébito.
- Os instrumentos administrativos e judiciais disponíveis ao consumidor, inclusive tutela coletiva, se cabível.

O candidato deverá demonstrar:

- Compreensão técnica integral da situação-problema;
- Fundamentação exclusivamente legal;
- Encadeamento lógico e rigor jurídico;
- Domínio da inter-relação entre responsabilidade civil, práticas abusivas, proteção contratual e superendividamento;
- Capacidade crítica quanto aos limites da autotutela privada nas relações bancárias digitais.

Extensão obrigatória: mínimo de 30 e máximo de 40 linhas.

RASCUNHO

| | |
|----|--|
| 1 | |
| | |
| | |
| 5 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 10 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 15 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 20 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 25 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 30 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 35 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 40 | |